

**PARECER JURÍDICO Nº 50/2025**

**MATÉRIA:** PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N º 002/2025

**SÚMULA:** “AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO PODER LEGISLATIVO DE ALTA FLORESTA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**AUTORIA:** VEREADOR FRANCISCO AILTON DOS SANTOS.

**I- DA CONSULTA E O SEU OBJETO**

**Senhor Presidente:  
Senhores Vereadores:**

Foi submetido a esta Secretaria Jurídica EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL para manifestação técnico-jurídica o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2025 de 06 de junho de 2025, de autoria do Vereador Francisco Ailton dos Santos, que visa autorizar a baixa de bens móveis inservíveis do patrimônio da Câmara Municipal de Alta Floresta-MT, o Projeto de Lei traz em seu bojo o seguinte pronunciamento:

*“(…) Art. 1º DECLARA como inservíveis os Bens Patrimoniais, constantes no Relatório Circunstanciado de Bens Móveis Inservíveis, Anexo I deste Decreto, para fins de desincorporação, conforme processo nº 013/2025 e Parecer 001/2025 da Comissão de Baixa de Bens Móveis da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT, instituída pela Portaria nº 118/2025.*

*Art. 2º AUTORIZA a respectiva baixa do Patrimônio da Câmara Municipal, dos bens constantes no Anexo I, deste Decreto, procedendo se a transferência mediante termo de doação a ser firmado e assinado pelo órgão doador e receptor, ficando a Comissão de Baixa de Bens Móveis, em conjunto com a Secretária de Divisão de Patrimônio da Câmara Municipal de Alta Floresta, a proceder com a entrega dos bens móveis, constantes no Anexo I do presente Decreto, ao órgão competente da Prefeitura Municipal.*

*Art. 3º Fica autorizada a Secretária de Divisão de Patrimônio e o Departamento de Contabilidade a proceder à baixa dos bens ora relacionados no Anexo I, do Patrimônio do Legislativo para efeito de Balanço Patrimonial.*

*Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (...)”.*

Pági  
naP  
AGE  
/\*  
MER  
GEF  
OR  
MAT  
5

## II- DA JUSTIFICATIVA

O referido projeto tem como objetivo autorizar a baixa de bens móveis inservíveis do patrimônio da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT, com desincorporação contábil e possibilidade de doação a outros órgãos públicos, conforme legislação vigente.

Na justificativa assevera a necessidade de baixar os bens inservíveis, para fins de desincorporação, com vistas à conclusão dos trabalhos da Comissão pertinente “(...) *A presente proposição tem por objetivo baixar os bens inservíveis desta Casa de Leis, para fins de desincorporação, com vistas a conclusão dos trabalhos da Comissão pertinente, qual demonstrou em seu relatório a inservibilidade dos bens relacionados ao uso desta Casa de Leis. (...)*”.

O presente parecer tem por objetivo analisar a conformidade do Projeto de Lei com a legislação vigente, bem como verificar o atendimento aos requisitos formais e materiais necessários para sua validade.

Após a exposição dos fundamentos e justificativas apresentados na proposta, passa-se à análise jurídica da matéria.

## III- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

**É o sucinto relatório.**

**Estudada a matéria, passemos a análise jurídica.**

- **Competência Legislativa**

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o Projeto de Lei, atendendo ao disposto na norma regimental.

O Município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme preceitua o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias entre outras, em que não hajam implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Nesse sentido é a doutrina do jurista, Roque Antonio Carraza, em sua obra, Curso de direito constitucional tributário. São Paulo. Malheiros. 19 ed. 2004, p. 158, in verbis:

*“interesse local” não quer dizer privativo, mas simplesmente local, ou seja, aquele que se refere de forma imediata às necessidades e anseios da esfera municipal, mesmo que, de alguma forma, reflita sobre necessidades gerais do Estado Membro ou do país”.*

No caso em análise, a desincorporação de bens patrimoniais inservíveis da Câmara configura matéria interna corporis e, portanto, de interesse local e administrativo do Poder Legislativo Municipal.

A baixa patrimonial encontra amparo legal, pois trata de ato de competência interna da Câmara, que não depende de sanção do Executivo e tem efeitos internos, nos termos do art. 34, inciso VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT, *in verbis*:

*“(...) Art. 34. São atribuições do Plenário:*

*(...)*

*VIII - autorizar a alienação de bens patrimoniais quando o valor desses, apurado através de avaliação por Comissão designada para tal fim (...).”*

Portanto, a Câmara é competente para deliberar e decidir sobre a destinação dos seus bens móveis inservíveis, cabendo-lhe a autorização para a baixa patrimonial, inclusive por meio de **Decreto Legislativo**, quando se tratar de ato típico interno.

O projeto menciona o relatório circunstanciado dos bens considerados inservíveis, irrecuperáveis, antieconômicos ou ociosos. Consta também o parecer da comissão competente (instituída pela portaria 118/2025), bem como estabelece a finalidade da baixa que é a desincorporação e possível doação, tais elementos satisfazem os princípios constantes no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os da eficiência, legalidade e publicidade.

O art. 76 da Lei 14.133/2021 dispõe que os bens móveis inservíveis poderão ser alienados mediante doação desde que comprovado que não tem mais utilidade para a administração. Há declaração de inservibilidade da comissão competente, bem como a transferência para outro órgão sem ônus atende as exigências legais.

Quanto à iniciativa do Decreto Legislativo, está plenamente regular, conforme art. 142, § 2º do Regimento Interno da Câmara.

Em relação à tramitação em regime de urgência especial não se vislumbra impedimento jurídico a sua concessão, bem como se justificando pela necessidade da celeridade da baixa patrimonial para fins de organização contábil e regularização dos bens públicos.

#### IV- CONCLUSÃO

Diante do exposto e das justificativas apresentadas pelo autor da propositura, *esta Secretaria Jurídica dá-se por satisfeita, assim, S.M.J., opinamos FAVORAVELMENTE* à tramitação e votação da presente propositura, devendo seu mérito ser submetido à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa, respeitando-se, as formalidades legais e regimentais.

Pági  
naP  
AGE  
\  
MER  
GEF  
OR  
MAT  
5

Ademais, afere-se da análise realizada, que o PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 002/2025 está em consonância com a legislação vigente, sendo juridicamente viável sua aprovação.

Assim sendo, conclui-se que não foram encontrados vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade no Projeto de Decreto Legislativo em análise, em atenção às normas que gerem o Município e os mandamentos Constitucionais.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação, não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis.

Nesta assentada, deve-se salientar que a presente manifestação tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, carreados aos autos do procedimento administrativo em epígrafe.

Portanto, no entendimento dessa Secretaria Jurídica ***é que não há óbice jurídico ou legal à sua aprovação***, cabendo a apreciação do mérito da matéria aos Nobres Edis.

Nesse desiderato e por todo o esposado acima, o posicionamento é no sentido de que o projeto preenche as exigências normativas referentes à matéria para que possa ser implementada.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer ***não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis***, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

***O quórum para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é de maioria simples***, conforme preceitua o artigo 174, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.

***Art. 174. As deliberações do Plenário serão tomadas:***

***I - por maioria simples de votos;***

***II - por maioria absoluta de votos;***

***III - por 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara.***

***§ 1º A maioria simples corresponde, a mais da metade apenas dos Vereadores presentes à Sessão.***

***§ 2º A maioria absoluta corresponde ao primeiro número inteiro acima da metade de todos os membros da Câmara.***

*§ 3º No cálculo de "quorum" qualificado de 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara, serão considerados todos os Vereadores, presentes ou ausentes, devendo as frações serem desprezadas, adotando-se como resultado o primeiro superior.*

Inexiste, portanto, qualquer óbice de natureza formal ou material que impeça sua regular tramitação e eventual aprovação pelo Plenário, ficando a análise do mérito a cargo dos Nobres Edis.

Este parecer foi exarado com base nos elementos constantes dos autos em epígrafe até a presente data, podendo ser revista sua fundamentação diante de novos elementos que venham a ser apresentados.

Salvo melhor juízo, esse é o parecer.

Alta Floresta – MT, 09 de junho de 2025.

***Prislene P. Santos***  
OAB/MT 35.599  
*Secretaria Jurídica*

***Kathiane C. Borges***  
OAB/MT 31.082  
*Secretaria Jurídica*